

DECISÃO DA COMISSÃO DE PREGÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2021

PRELIMINARES

Tendo em vista a impugnação do Edital do Pregão Eletrônico nº 030/2021 apresentado pela empresa PRÓ VIDA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, a Comissão Especial de Pregão nomeada pela Ato do Consórcio, comunica aos interessados a **DECISÃO**, nos termos que seguem:

TEMPESTIVIDADE

Primeiramente, destaca-se que a impugnante observou os prazos estabelecidos pelo edital para a impugnação, desta forma, a impugnação ao Pregão Eletrônico nº 030/2021 é tempestiva.

RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante **PRÓ VIDA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, requer a revisão do edital, alegando que a indicação de marca é vedada. Alega ainda, que outros produtos atendem a formulação exigida pelas marcas dispostas no edital, que seria injustificável a exigência de "direcionamento" desses produtos.

PEDIDOS

Requer a Impugnante a alteração do Edital, a fim de que o órgão licitante analise a exigência de marcas nos itens indicados no edital de licitação retirando a indicação de marca e apresentando um descritivo técnico onde pelo menos três fabricantes possam participar de cada item e não apenas um fabricante como está proposto neste certame, ou que o órgão licitante nos indique qual lei e artigo permite uma licitação direcionada para marcas exclusivas em cada item como está proposto no certame.

ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Primeiramente cumpre lembrar que o tema relacionado a indicação de marcas no edital foi tema de Parecer Jurídico nº 304/2020/CONIMS, e destaca-se ainda que a indicação encontra fundamento na legislação.

Cumpre informar que consta Parecer Técnico emitido por Nutricionista concursada deste CONIMS é suficiente, justificando a necessidade das marcas arroladas no Edital de Licitação, não havendo qualquer fato que desabone o conteúdo de seu entendimento técnico, o qual se presume válido e verdadeiro.

Conforme Parecer Jurídico nº 316/2020 deste CONIMS:

(...) considerando que o objeto do certame (alimentos para nutrição enteral e suplemento nutricional) se trata de produto de uso contínuo, cuja duração certamente excede o período de vigência dos vínculos nascidos deste pregão, nada impede que o CONIMS promova procedimentos de padronização (para adoção de marca como parâmetro de qualidade ou de marca mais conveniente aos usuários).

Conforme Parecer Jurídico Inicial nº 341/2021, ficou expressamente consignada a necessidade de que, no momento da dispensação do alimento ao Município requisitante pelo setor de compras deste CONIMS, a entrega de marcas específicas deve estar igualmente acompanhada da justificativa para tanto, feita pelo ente requisitante.

Quanto aos itens trazidos pela impugnante – 79 e 102, em que são exigidas marcas também, serão analisados pelo setor técnico competente deste CONIMS.

Ademais, seguimos o mesmo entendimento exarado pelo Parecer nº 341/2021 do setor jurídico deste CONIMS, que destaca que a indicação de marca específica, baseia-se no dispositivo legal, **artigo 7º, Parágrafo 5º da Lei 8.666/93**, o qual estabelece que as características restritivas à ampla participação são permitidas, apesar de ser medida excepcional:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for **técnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

Ratificando a justificativa trazida pelo edital para indicação de marcas, que menciona que há relatos de pacientes que apresentaram rejeição a determinados produtos, o que se agrava por si só, uma vez que esses pacientes já se encontram em estado alimentar deficitário e/ou são lactantes, por isso demandam um tratamento mais atento e protetivo.

De igual forma, produtos que não são aqueles indicados nos itens, podem participar em outros itens em que não há indicação, porquanto estes são a maioria, como pode ser observado no edital.

Assim sendo, a decisão deve ser encaminhada a impugnante para conhecimento, entendendo-se assim que processo ora impugnado deve ter seu seguimento normal.

DECISÃO

Por todo o exposto, esta Comissão declara improcedente as razões apresentadas pela impugnante e decide pela manutenção do edital do Pregão Eletrônico nº 030/2021.

Pato Branco/PR, 27 de agosto de 2021.

MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA
PREGOEIRO